

DCP 041 – Gestão no Âmbito do Poder Legislativo

Semestre: 2015/2

Créditos: 4

Carga horária: 60h

Horário: Segunda-feira (20:50 - 22:30) e quinta-feira (19:00 - 20:40)

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, sala 3030

Professores:

Filipe Souza Corrêa

email: filipescorrea@gmail.com

Fernando Meireles

email: fmeireles@ufmg.br

### **Gestão no Âmbito do Poder Legislativo**

#### **Objetivos**

O propósito desta disciplina é capacitar os alunos de graduação em gestão pública para a análise do funcionamento do Poder Legislativo nos três níveis de governo, tendo como foco a compreensão do efeito das estruturas institucionais sobre o desenho de políticas públicas.

#### **Ementa**

(i) Aspectos do Direito Constitucional aplicado à Função Legislativa; Repartição de competências legislativas; Estrutura e funcionamento dos parlamentos: parlamentares, comissões, Mesa Diretora, Plenário e assessoria técnica. (ii) Teorias explicativas sobre o comportamento legislativo; (iii) Organização Legislativa e Processo Decisório: gestão e profissionalização no Poder Legislativo. (iv) O papel do Poder Legislativo na produção de políticas públicas; Arena Legislativa; O Problema Informacional e a qualidade das decisões legislativas. - Funções de Controle do Poder Legislativo. (vi) Legislativo e sociedade: lobby e representação de interesses no parlamento.

#### **Avaliação<sup>1</sup>**

O desempenho dos alunos na disciplina será avaliado de quatro formas:

- 1) participação em sala de aula (10 pontos),
- 2) realização de resenhas (10 pontos),
- 3) realização de duas provas e outras atividades (80 pontos).

A participação discente nas discussões em sala de aula é fundamental para a fixação e o entendimento do conteúdo. Alunas e alunos com dificuldade de se expressar em sala de aula sintam-se à vontade para entrar em contato com os professores a fim de não prejudicar os seus desenvolvimentos no curso. Atendimentos individuais sobre dúvidas em relação ao conteúdo serão agendados por meio dos emails dos professores.

Os alunos deverão redigir ao longo do curso resenhas de no mínimo ½ página e, no máximo, 1 página (papel A4, fonte Garamond de tamanho 12, espaço 1,5, margem superior e inferior 2,5 e

---

<sup>1</sup> Em decorrência da alocação de novos professores nesta disciplina, estes critérios de avaliação poderão sofrer modificações no decorrer do curso.

esquerda e direita 3,0), versando sobre tópicos desta ementa. Uma versão impressa da resenha deve ser entregue ao professor no início da aula. Nela, os alunos deverão ser objetivos e claros ao abordar os seguintes aspectos 1) básicos (propósito central, argumento chave, conclusão principal, etc.) e 2) críticos (qualidade da pergunta, possíveis conexões com outros trabalhos, coerência dos argumentos, natureza da conclusão, etc.). Os alunos receberão uma orientação específica quanto ao melhor modo de expor suas discordâncias com relação aos autores, inspirada pelo útil texto “How To Disagree?”, de Paul Graham (<http://www.paulgraham.com/disagree.html>).

Para apresentação dos seminários, a turma será dividida em 6 grupos. A cada rodada de seminários, dois grupos apresentarão. Durante os seminários, cada membro do grupo deverá levantar uma questão crítica com relação ao texto apresentado na aula anterior. Cada grupo será responsável por organizar as questões individuais em uma única apresentação em Power Point. Cada questão individual deverá ser exposta em um slide pois cada aluno será avaliado individualmente.

## **Material**

Todo o material do curso estará disponível na pasta da disciplina na xérox do segundo andar e no Moodle para o caso de arquivos digitais. Os textos do programa marcados com asterisco são de leitura obrigatória.

## **Conteúdo Programático**

### **1. Introdução aos fundamentos constitucionais da Função Legislativa (2 sessões)**

- O legislativo na Constituição Federal de 1988.
- Repartição de competências da CF-88.
- A casa legislativa: estrutura, funcionamento e processo legislativo (referência Congresso Nacional)

\* CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Como um projeto se torna lei/Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. 7. ed. – Brasília: CNC, 2013.

GUERRA, Sidney; MERÇON, Gustavo (2002). Direito Constitucional aplicado à função legislativa. Editora: América Jurídica.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

### **2. O estudo positivo do congresso (4 sessões)**

- Organização e agregação de preferências
- Regras e estabilidade das decisões: equilíbrio induzido por regras

\* LIMONGI, Fernando (1994). O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos. BIB, no.37. pp. 3-38.

\* PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 53–71, out. 2008.

CAREY, J. (2006). “Legislative organization”. *Oxford Handbook of Political Science*. Oxford University Press, Oxford, pp. 431-454.

COX, Gary. 2000. “On the Effects of Legislative Rules”. *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 25, No. 2 (pp.169-192).

PANNING, W. H. (1983). Formal models of legislative processes. *Legislative Studies Quarterly*, pp. 427-455.

RIKER, W. H. (1992). The entry of Game Theory into Political Science. *Toward a history of Game Theory*, 24, pp. 207-223.

SHEPSLE, K. A. (1989). Studying Institutions: Some Lessons from the Rational Choice Approach. *Journal of Theoretical Politics*, 1(2), pp. 131-147.

WEINGAST, Barry R. (1996). "Political institutions: rational choice perspectives". *A New Handbook of Political Science*, pp. 167-190.

WEINGAST, B., SHEPSLE, K. A. (1987). The Institutional Foundations of Committee Power. *American Political Science Review*, 81, pp. 85-194.

### **3. Desenvolvimento institucional dos legislativos (4 sessões)**

- O debate sobre a institucionalização versus profissionalização do legislativo
- Ambição e estrutura de oportunidades de carreira no legislativo

\* LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, p. 44-67, 2003.

\* POLSBY, N. (1968). A Institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, América do Sul, 30 8 04.

\* SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil - 1946-1999. In: SANTOS, Fabiano. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 111-140.

PEREIRA, C. ; RENNO, L. R. (2007). O Que é que o reeleito tem? O retorno: O Esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política (Impresso)*, v. 27, p. 664-683.

SANTOS, F. G. M. (2007). Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. In: Gerhard Lowenberg; Peverill Squire; D. Roderick Kiewiet. (Org.). *Legislatures - Comparative Perspectives on Representative Assemblies*. 1a. ed. Ann Arbor - Michigan: The University of Michigan Press, 2002, v. , p. 119-145.

SQUIRE, Peverill (2007). Measuring State Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited. *State Politics and Policy Quarterly*, Vol. 7, No. 2 (Summer 2007): pp. 211-227.

### **4. O Legislativo como instituição (6 sessões)**

- Modelos de organização legislativa: distributivista, informacional e partidário:
  - Distribuição de direitos e recursos parlamentares
  - Comissões, Plenário e partidos políticos como agentes legislativos
  - Regras decisórias e processo legislativo
  - Voto estratégico e recursos procedimentais à disposição dos legisladores

\* AMES, Barry. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, p. 59-87, 2012.

\* FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século*, v. 21, p. 147-198, 2007.

\* LEMOS, Leany B. S. (2001). O Congresso Brasileiro e a Distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. *Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 561-605, 2001.

\* PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 45-67, jun. 2000.

\* PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 133-172, 2001.

\* SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.

\* SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes; ALMEIDA, Acir. Requerimentos de Urgência e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados. In: SANTOS, FABIANO GUILHERME MENDES; ALMEIDA, ACIR. *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. [S.l.]: Editora Appris, 2011.

\* SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000400001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000400001&lng=pt&nrm=iso)>.

AMORIM NETO, Octavio, COX, Gary W. e MCCUBBINS, Mathew D. (2003), "Agenda Power in Brazil's Câmara dos Deputados, 1989-98". *World Politics*, vol. 55, n.º 4, pp. 550-578.

COX, Gary & McCUBBINS, Mathew. *Setting the Agenda. Responsible Party Government in the U.S. House of Representatives*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

COX, Gary and MCCUBBINS, Mathew. 1993. *Legislative Leviathan: Party Government in the House*. Berkeley: University of California Press.

KREBHIEL, K. (1992). *Information and Legislative Organization*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

MAYHEW, David R. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974. (Yale studies in political science, 26).

##### **5. Fiscalização e Controle Externo pelo Legislativo (5 sessões)**

- Teoria da delegação: Relação principal-agente, custos de transação, assimetria informacional e mecanismos de controle e fiscalização do Legislativo.

\* AMORIM NETO, O.; TAFNER, P. (2002) Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. *Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 5-38.

\* BITTENCOURT, F. M. R. O Controle e a construção de capacidade técnica institucional no Parlamento – Elementos para um marco conceitual. Textos para Discussão; n. 57. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2009. Disponível online:

[http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos\\_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto57%20-%20FernandoMoutinhoRamalhot.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto57%20-%20FernandoMoutinhoRamalhot.pdf)

\* FIGUEIREDO, Argelina (2001). “Instituições e Política no Controle do Executivo”, Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 44 , no. 3, dezembro 2001. Disponível para leitura no endereço: <http://www.scielo.br/scielo>

\* FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (2006). Poder de Agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário in: SOARES, G. A. D; RENNÓ, L. (orgs) *Reforma Política – Lições da história recente*. Rio de Janeiro: ed. FGV. pp. 249-280.

\* LEMOS, Leany B. S. (2007). O controle legislativo no Brasil pós-1988. In: Jairo Nicolau; Timothy Power. (Org.). "Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas". 1a. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. -, p. 37-54.

\* PESSANHA, C. (2009). Controle Externo: A Função Esquecida do Legislativo. In: Felipe F. Schawartzman et al. (Org.). *O Sociólogo e as Políticas Públicas*. 1 ed. Rio der Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, v. 1, p. 243-25

EPSTEIN, David e O'HALLORAN, Sharyn. (1999), *Delegating Powers: A Transaction Costs Politics Approach to Policy Making under Separate Powers*. New York, Cambridge University Press. pp. 52-85 (cap. 4) e 121-162 (cap. 6).

INÁCIO, Magna. (2006). Os Poderes de Agenda do Presidente. In: Anastasia, F.; AVRITZER, L. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 170-174.

MCCUBBINS, M. D.; SCHWARTZ, T. (1984) “Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. *American Journal of Political Science* (February 1984), pp. 165-179.

MELO, M. A. (2009) *Strong Presidents, robust Democracies? Separation of Powers and rule of Law in Latin America*. BPSR, 3:2.

## **6. Grupos de interesse e lobbying: padrões de interação com a sociedade e produção de políticas públicas (2 sessões)**

- Mecanismos de interlocução com os cidadãos: Interação face-a-face e interação mediada;
- Grupo de interesses e lobbying

\* POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, F. G. M. . Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, p. 21-47, 2011.

\* SANTOS, M. L. Teorias e possibilidades analíticas para o estudo dos grupos de interesse: uma introdução ao tema. (Manuscrito)

ARNOLD, R. Douglas (1990). *The Logic of Congressional Action*. New Haven, Yale University Press.

EPSTEIN, D. O'HALLORAN, S. (1995). A Theory of Strategic Oversight: Congress, Lobbyists, and the Bureaucracy. *Journal of Law Economics Organization*, 1995 11: 227-255.

MANCUSO, W. P. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, v. 47, n. 3, p. 505–547, 2004.

MANCUSO, W. P. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. 1. ed. São Paulo: EDUSP/HUMANITAS/FAPESP, 2007. v. 1. 228 p.

SANTOS, M. L. et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da

Indústria na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 33–59, abr. 2015.

SANTOS, M. L. Representação de interesses na arena legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012). **Textos para Discussão IPEA**, n. 1975, jun. 2014.

SANTOS, M. L.; CUNHA, L. Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: convergências e divergências. **Textos para Discussão IPEA**, n. 2141, out. 2015b.

SANTOS, M. L.; CUNHA, L. Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada. **Textos para Discussão IPEA**, n. 2094, maio 2015a.

ZAMPIERI, E. Ação dos grupos de pressão no processo decisório das Comissões Permanentes do Congresso Nacional. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 06, n. 12, p. 122–136, 26 dez. 2013.

## **7. Seminários (2 sessões)**

### **Fontes auxiliares:**

- Centro de Estudos Legislativos (UFMG): < <http://www.centroestudoslegislativos.com.br/>>
- Núcleo de Estudos sobre o Congresso (IESP-UERJ): <<http://necon.iesp.uerj.br>>
- Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (USP): < <http://neci.fflch.usp.br/>>
- Observatorio de Instituciones Representativas: < <http://americo.usal.es/oir/oir.htm> >
- Global Parliamentary Report (UNDP): <<http://www.ipu.org/gpr/>>
- Inter-Parliamentary Union(UNDP): < <http://www.ipu.org/english/home.htm> >
- Agora - Portal for Parliamentary Development: <<http://www.agora-parl.org>>

## Calendário:

Data	Dia sem.	Aula	Conteúdo
24/08/2015	Seg	1	1. Introdução aos fundamentos constitucionais da Função Legislativa
27/08/2015	Qui	2	1. Introdução aos fundamentos constitucionais da Função Legislativa
31/08/2015	Seg	3	2. O estudo positivo do congresso
03/09/2015	Qui	4	2. O estudo positivo do congresso
07/09/2015	Seg		Feriado
10/09/2015	Qui		Aula Inaugural do Curso de Gestão Pública
14/09/2015	Seg	5	2. O estudo positivo do congresso
17/09/2015	Qui	6	2. O estudo positivo do congresso
21/09/2015	Seg	7	3. Desenvolvimento institucional dos legislativos
24/09/2015	Qui	8	3. Desenvolvimento institucional dos legislativos
28/09/2015	Seg	9	3. Desenvolvimento institucional dos legislativos
01/10/2015	Qui	10	3. Desenvolvimento institucional dos legislativos
<b>05/10/2015</b>	<b>Seg</b>	<b>11</b>	<b>Prova 1</b>
08/10/2015	Qui	12	4. O Legislativo como instituição
12/10/2015	Seg		Feriado
15/10/2015	Qui	13	4. O Legislativo como instituição
19/10/2015	Seg	14	4. O Legislativo como instituição
22/10/2015	Qui	15	4. O Legislativo como instituição
26/10/2015	Seg	16	4. O Legislativo como instituição
29/10/2015	Qui	17	4. O Legislativo como instituição
02/11/2015	Seg		Feriado
05/11/2015	Qui	18	4. O Legislativo como instituição
09/11/2015	Seg	19	5. Fiscalização e Controle Externo pelo Legislativo
12/11/2015	Qui	20	5. Fiscalização e Controle Externo pelo Legislativo
16/11/2015	Seg	21	5. Fiscalização e Controle Externo pelo Legislativo
19/11/2015	Qui	22	Seminário Discente do DCP
23/11/2015	Seg	23	5. Fiscalização e Controle Externo pelo Legislativo
26/11/2015	Qui	24	5. Fiscalização e Controle Externo pelo Legislativo
30/11/2015	Seg	25	6. Legisladores, cidadãos e lobbies: padrões de interação e produção de políticas públicas
03/12/2015	Qui	26	6. Legisladores, cidadãos e lobbies: padrões de interação e produção de políticas públicas
07/12/2015	Seg	27	7. Seminários
10/12/2015	Qui	28	7. Seminários
<b>14/12/2015</b>	<b>Seg</b>	<b>29</b>	<b>Prova Final</b>
<b>17/12/2015</b>	<b>Qui</b>	<b>30</b>	<b>Prova Substitutiva</b>